



ATA Nº 004/2026

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS PELA CORSAN/AEGEA NO MUNICÍPIO DE ENCANTADO/RS

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis, às dezenove horas, no Auditório Itália, junto ao Centro Administrativo Municipal de Encantado/RS, realizou-se Audiência Pública promovida pela Câmara Municipal de Vereadores de Encantado, destinada a tratar dos serviços prestados pela Corsan/Aegea no município, especialmente quanto ao abastecimento de água, falta de pressão na rede, cobranças e implantação do sistema de esgotamento sanitário. Em razão do grande número de participantes, a audiência, inicialmente prevista para ocorrer nas dependências da Câmara Municipal, foi transferida para o referido auditório.

Os trabalhos foram conduzidos pelo Vereador e mestre de cerimônias Cris Costa, o qual deu início à solenidade agradecendo a presença das autoridades, vereadores, representantes de entidades, imprensa e comunidade em geral, destacando que a audiência ocorria em atendimento às demandas da população e deliberação da Casa Legislativa.

Foram convidados para compor a mesa o Presidente da Câmara Municipal, vereador Cláudio José da Silva Neto; o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, vereador Daniel Passaia; o representante da AGERGS, Sr. Filipe Conceição; o Coordenador Regional da Corsan, Sr. André Finamor; o advogado da Corsan/Aegea, Sr. Fernando Nardon; o representante do Ministério Público, Dr. Heráclito Mota Barreto Neto; e o Prefeito Municipal de Encantado, Sr. Jonas Calvi. Também foi registrada a presença dos demais vereadores da Câmara Municipal, autoridades locais e comunidade em geral.

Na sequência, o **Presidente da Câmara Municipal, vereador Cláudio José da Silva Neto**, procedeu à abertura oficial da audiência pública, salientando que o encontro possuía como principal objetivo buscar soluções concretas para os problemas de desabastecimento enfrentados pela população encantadense. Destacou que a pauta transcendia questões partidárias ou institucionais, sendo uma causa coletiva em defesa da comunidade, manifestando a expectativa de que a audiência resultasse em respostas efetivas, maior resolução dos problemas e esperança de normalização do abastecimento de água.

O mestre de cerimônias informou a dinâmica dos trabalhos, estabelecendo tempo de até dez minutos para pronunciamentos das autoridades convidadas, cinco minutos para manifestação dos vereadores e três minutos para participação do público inscrito, ressaltando a necessidade de cordialidade, respeito e organização durante a audiência.



Em seguida, **fez uso da palavra o Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, vereador Daniel Passaia**, o qual agradeceu a presença da população e das autoridades, destacando a importância da união entre comunidade, Poder Público e entidades para a construção de soluções. Manifestou preocupação quanto à situação enfrentada pelos consumidores, afirmando que a população aguardava respostas efetivas da concessionária, com apresentação de obras concretas e planejamento objetivo para solução da falta de água, baixa pressão na rede, cobranças consideradas abusivas e funcionamento irregular dos hidrômetros, mencionando inclusive relatos de medidores registrando consumo sem fornecimento de água. Ressaltou a necessidade de maior transparência e comunicação por parte da Corsan/Aegea, enfatizando que a comunidade vinha cumprindo com suas obrigações enquanto entendia haver falhas na prestação do serviço.

Na sequência, o **Coordenador Regional da Corsan/Aegea, Sr. André Finamor**, iniciou apresentação técnica acerca das ações desenvolvidas pela concessionária no município. Informou que, após tratativas realizadas anteriormente com o Município, Ministério Público e Câmara de Vereadores, fora apresentado plano de ação visando a melhoria do abastecimento de água em Encantado, destacando a migração parcial do sistema de captação superficial do Rio Taquari para abastecimento por águas subterrâneas, mediante perfuração de novos poços artesianos, objetivando garantir maior segurança hídrica e redundância no sistema.

O **engenheiro William, representante técnico da concessionária**, passou então a detalhar as ações executadas, referindo que o plano contemplava monitoramento de pressões na rede, instalação de válvulas redutoras de pressão, setorização do sistema, instalação de ventosas para retirada de ar da rede e melhorias estruturais na captação junto ao Rio Taquari, especialmente após os impactos decorrentes das enchentes. Informou ainda a entrega do Poço do Parque (18) e do Poço do Milhão (Planalto), bem como a previsão de novos poços (previstos até agosto) nos bairros São José e Jardim da Fonte, além da blindagem das estruturas existentes contra riscos de inundação.

Também foi referido que a Corsan/Aegea vinha encaminhando relatórios periódicos ao Ministério Público, Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores, contendo o cronograma e andamento das obras e ações implementadas.

Posteriormente, o Sr. André Finamor abordou a questão do esgotamento sanitário no município, salientando que Encantado possuía índice praticamente nulo de tratamento de esgoto, contando com apenas trinta e oito economias atendidas. Informou que o contrato firmado previa a universalização do sistema até o ano de dois mil e trinta e três, sendo estabelecida meta intermediária de trinta e cinco por cento de esgoto coletado e tratado até o ano de dois mil e vinte e oito.

Foi informado que já havia empresa contratada e mobilizada para iniciar as obras de implantação da rede de esgotamento sanitário, contemplando aproximadamente noventa e oito quilômetros de redes coletoras, treze estações de bombeamento e investimentos estimados em sete milhões de reais na primeira etapa. Relatou-se que as



primeiras intervenções ocorreriam na região da Morada Nova, com cronograma definido por bairros e bacias de atendimento.

Durante a apresentação, houve intervenções espontâneas do público presente, especialmente solicitando esclarecimentos acerca dos cronogramas de obras e implantação das redes de esgoto, sendo os participantes orientados pela condução da audiência a realizarem questionamentos no momento oportuno destinado às manifestações.

Na sequência, fez uso da palavra o **representante do Ministério Público, Dr. Heráclito Mota Barreto Neto**, o qual ressaltou a legitimidade das manifestações populares diante da gravidade dos problemas enfrentados pela população em relação ao abastecimento de água. Destacou que o Ministério Público vinha acompanhando as ações da concessionária e reconhecia a existência de planejamento técnico e diálogo institucional, porém salientou que as medidas até então apresentadas não vinham produzindo resultados efetivos na rotina dos consumidores, os quais continuavam enfrentando recorrentes episódios de desabastecimento.

O representante ministerial questionou a efetividade das redundâncias prometidas pela concessionária, especialmente diante da persistência de falhas no abastecimento e de dificuldades relacionadas ao fornecimento de energia elétrica por parte da RGE. Também manifestou preocupação quanto aos frequentes rompimentos da adutora localizada na região do Pinheirinho, solicitando providências concretas para substituição ou remoção da estrutura.

Ainda, destacou falhas na comunicação e atendimento ao consumidor, relatando dificuldades enfrentadas pela população nos canais remotos e presenciais da concessionária, inclusive quanto ao funcionamento da loja física e preparo dos atendentes para solução das demandas apresentadas pelos usuários.

Dirigiu questionamentos também à atuação da AGERGS, solicitando esclarecimentos acerca da efetiva fiscalização e regulação do contrato de concessão, bem como sobre as medidas adotadas em defesa dos consumidores.

Por fim, o Dr. Heráclito manifestou preocupação quanto ao início das obras de esgotamento sanitário sem planejamento adequado de comunicação com a população, mencionando recomendação expedida pelo Ministério Público no sentido de suspender preventivamente o avanço do projeto até que houvesse maior organização, transparência e elaboração de plano específico de comunicação ao consumidor, evitando prejuízos futuros à comunidade.

Prosseguindo os trabalhos, o **mestre de cerimônias** agradeceu a manifestação do representante do Ministério Público, registrando ainda que o Dr. Heráclito participaria, no dia seguinte, de painel na cidade de Venâncio Aires, juntamente com vereadores da região da AVAT, para tratar de temas relacionados ao saneamento básico, municipalização da água e assuntos correlatos. Na oportunidade, convidou o Procurador-Geral do Município, Dr. Juliano Heisler, para acompanhar os trabalhos junto



ao palco, registrando também a presença do Presidente da Câmara da Indústria, Comércio e Serviços do Vale do Taquari – CIC VT, Sr. Ângelo Fontana; do Presidente do CONSEPRO e representante da Associação Amigos de Cristo, Sr. Robison Gonzatti; e do representante da CDL, Sr. Diogo Spessatto, agradecendo a presença de todos.

O **condutor da audiência** ressaltou que a indignação manifestada pela comunidade era compartilhada pelos vereadores e autoridades presentes, esclarecendo que sua função naquele momento era garantir a organização dos trabalhos. Informou ainda que, no momento destinado às perguntas do público, seriam disponibilizados microfones sem fio para facilitar as manifestações da comunidade.

Na sequência, fez uso da palavra o Excelentíssimo **Prefeito Municipal de Encantado, Sr. Jonas Calvi**, o qual destacou a importância da audiência pública como espaço democrático de debate e construção de soluções coletivas. Ressaltou a ampla participação da comunidade, empresários, estudantes e lideranças locais, enfatizando que os problemas relacionados ao abastecimento de água atingiam toda a população indistintamente, inclusive o próprio chefe do Executivo Municipal.

O Prefeito salientou que a questão enfrentada pelo município era histórica e vinha sendo acompanhada por diferentes gestões municipais ao longo dos anos, registrando a presença dos ex-prefeitos Paulo Costi e Agostinho Orsolin na audiência. Destacou que a atual administração vinha buscando soluções por meio da atuação conjunta com o Ministério Público, Câmara de Vereadores, entidades representativas e população.

Relatou que o Município vinha reiteradamente notificando a Corsan/Aegea acerca das falhas na prestação dos serviços, mantendo processo eletrônico com os registros e solicitações encaminhadas à concessionária. Informou ainda que o Executivo Municipal acatou orientação do Ministério Público relacionada à necessidade de revisão e complementação do plano apresentado pela empresa, entendendo que as medidas propostas não eram suficientes nem condizentes com a realidade e necessidades do município.

O Prefeito manifestou preocupação quanto às falhas recorrentes no sistema de abastecimento, cobranças duplicadas e problemas operacionais, afirmando que tais situações eram incompatíveis com a realidade tecnológica atual. Também destacou preocupação com a segurança hídrica do município em eventuais novos eventos climáticos extremos, especialmente diante da existência de poços localizados abaixo da cota de inundação e da dependência do fornecimento de energia elétrica para funcionamento do sistema.

Nesse sentido, questionou a inexistência de estrutura de contingência adequada, como geradores próprios e bases operacionais mais próximas da região, ressaltando que o Município vinha adotando providências preventivas para suas próprias estruturas, inclusive com aquisição de geradores para comunidades do interior.



Durante sua manifestação, o Prefeito afirmou que reconhecia a existência de algumas melhorias executadas pela concessionária, como perfuração de poços e intervenções na estação de tratamento, porém reiterou que as ações realizadas ainda não eram suficientes para atender adequadamente a demanda da população encantadense. Também salientou que o Município não buscava promover divisão política sobre o tema, mas sim encontrar soluções concretas e efetivas para os problemas enfrentados pela comunidade.

Encerrada a manifestação do Prefeito Municipal, o **mestre de cerimônias** esclareceu que, por equívoco na condução dos trabalhos, ainda não havia sido oportunizada a manifestação do representante da AGERGS, convidando então o **Sr. Filipe Conceição, Diretor de Saneamento e Irrigação da agência reguladora**, para fazer uso da palavra.

O representante da AGERGS iniciou sua fala explicando as competências da agência reguladora, destacando sua atuação na edição de normas e resoluções, fiscalização dos contratos de concessão, mediação de conflitos entre usuários, concessionárias e poder concedente, bem como no atendimento aos consumidores como instância recursal.

Na sequência, apresentou os canais oficiais de atendimento da AGERGS para recebimento de denúncias e reclamações da população, incluindo telefone, endereço eletrônico e e-mail institucional. Informou que, após reunião realizada com o Prefeito Municipal e equipe técnica no mês de março de 2026, a agência instaurou processo de fiscalização referente aos serviços prestados pela Corsan/Aegea em Encantado, tendo realizado vistorias no município e identificado inconformidades e constatações técnicas, atualmente em análise pela agência reguladora.

O representante também informou que a AGERGS vinha atuando em pautas relacionadas à implantação da tarifa social, suspensão de cobranças de disponibilidade de esgoto em imóveis com soleira negativa e mediação de conflitos relacionados a cobranças realizadas pela concessionária em hotéis, pousadas e estabelecimentos similares.

Destacou ainda a importância da atuação dos fiscais de contrato municipais e da formalização das reclamações pelos usuários junto à agência reguladora, salientando que, no ano de 2026, haviam sido registrados apenas cinco protocolos de reclamações oriundos de Encantado junto à AGERGS. Nesse sentido, incentivou a população a formalizar denúncias sempre que não obtivesse atendimento satisfatório por parte da concessionária.

Na sequência, fez uso da palavra o **vereador Valdecir Cardoso**, o qual iniciou sua manifestação cumprimentando as autoridades presentes e afirmando ter realizado pessoalmente registros em vídeo das estruturas relacionadas ao tratamento de efluentes no município, os quais divulgou nas redes sociais com o objetivo de demonstrar a situação encontrada nas instalações.



O vereador relatou ter constatado, em momentos distintos, situações precárias em estruturas de tratamento, mencionando locais utilizados como depósito de brita e áreas com vegetação, bem como posteriores intervenções realizadas pela concessionária com instalação e funcionamento de bombas.

Durante sua manifestação, questionou divergências nos dados apresentados pela Corsan/Aegea acerca do número de economias atendidas com água e esgoto no município, afirmando que as informações constantes nos slides apresentados demonstravam inconsistências que poderiam estar relacionadas a problemas de cadastro e cobranças duplicadas.

Também relatou casos de ausência de leitura regular dos hidrômetros, mencionando experiência pessoal em que houve acúmulo de consumo e posterior cobrança com valores elevados, ocasionando dificuldades financeiras aos consumidores. Criticou a prática de concessão de descontos posteriores como forma de compensação, entendendo que os usuários acabavam arcando com prejuízos financeiros e encargos decorrentes das cobranças consideradas indevidas.

O vereador ainda defendeu a aplicação de penalidades e mecanismos compensatórios em favor dos consumidores nos casos de falha na prestação do serviço, especialmente diante da recorrente falta de água e cobranças excessivas.

Na sequência, criticou as condições das vias públicas após intervenções realizadas pela concessionária, relatando problemas recorrentes de buracos, vazamentos e má recuperação do pavimento, especialmente em períodos de chuva, afirmando que tais situações vinham causando transtornos à população.

Por fim, levantou questionamentos acerca da situação das associações de água do interior, poços particulares, cisternas e demais formas alternativas de abastecimento, destacando a necessidade de esclarecimentos mais amplos sobre o tema. Ressaltou ainda o elevado número de reclamações recebidas diariamente pelos vereadores em razão dos problemas enfrentados pela população com abastecimento e cobranças relacionadas aos serviços prestados pela concessionária.

Manifestação do **Vereador Samuel da Silva**: O Vereador Samuel iniciou sua fala cumprimentando a comunidade e os integrantes da mesa, relatando que, em razão de sua profissão, acompanhou diversos moradores até a Corsan para apresentação de reclamações. Criticou o horário de atendimento da concessionária, observando que muitos trabalhadores precisam deixar seus empregos para conseguir atendimento presencial. Relatou inúmeros casos de cobranças elevadas e consideradas irregulares, citando inclusive situação pessoal em que recebeu duas contas no mesmo mês, totalizando aproximadamente R\$ 1.200,00. Afirmou que diversos consumidores obtiveram redução de valores após reclamações, o que, segundo ele, demonstraria falhas nas cobranças realizadas pela empresa. Criticou ainda a dificuldade enfrentada pela população para registrar reclamações por telefone. Também mencionou casos ocorridos no Bairro Navegantes, onde moradores teriam solicitado o desligamento das



ligações de água, pago pela retirada dos hidrômetros e, mesmo assim, continuaram recebendo cobranças posteriormente.

Manifestação da Vereadora Joanete Cardoso: A Vereadora Jô agradeceu a presença da comunidade e destacou a importância da mobilização popular em defesa de seus direitos. Afirmou que, embora tenham sido apresentados cronogramas de obras e investimentos futuros, a principal preocupação da população está relacionada à falta de água, à qualidade do abastecimento e às cobranças consideradas incorretas. Defendeu a união entre comunidade, Ministério Público, Poder Executivo, Câmara Municipal e assessoria jurídica para buscar soluções efetivas para o problema, ressaltando que a população espera, no mínimo, abastecimento regular, qualidade da água e cobranças justas.

Manifestação da Vereadora Aline Costa Ganasini. Vereadora Aline afirmou que o debate não deveria se restringir à discussão sobre privatização, mas sim à necessidade de prestação de serviço de qualidade para a população. Defendeu que a Corsan/Aegea desocupe o prédio localizado junto à Prefeitura Municipal, argumentando que tal situação gera confusão na população, fazendo parecer que os serviços prestados são de responsabilidade direta do Município.

Manifestação da Vereadora Daiane Bergamaschi. A Vereadora Daiane iniciou sua fala cumprimentando a comunidade e as autoridades presentes, reconhecendo a importância do saneamento básico e dos investimentos anunciados pela concessionária. Entretanto, ressaltou que nenhum contrato ou processo de privatização pode estar acima do respeito ao consumidor e da dignidade da população. Afirmou que a comunidade espera serviços de qualidade compatíveis com os valores pagos. Questionou a empresa acerca da redução no número de funcionários após a privatização, sugerindo que a busca por maior lucro poderia ter resultado na substituição de trabalhadores experientes por profissionais sem o mesmo conhecimento técnico. Por fim, perguntou se a empresa considera o atual quadro funcional suficiente para prestar serviços adequados à população e agradeceu a atuação do Ministério Público na condução das ações relacionadas ao tema.

Pronunciamento do Vereador Diego Preto: O vereador Diego iniciou sua manifestação criticando os frequentes problemas no abastecimento de água em Encantado após a concessão dos serviços à Corsan/Aegea, afirmando que anteriormente as interrupções eram raras e que atualmente a população enfrenta falta de água recorrente, além de aumento nas tarifas. Também relatou reclamações da comunidade quanto à qualidade da água, mencionando gosto, cheiro e possíveis problemas de saúde.

Destacou que os problemas não ocorrem apenas em Encantado, mas em diversos municípios do Estado, questionando a fiscalização e atuação da AGERGS diante das denúncias e dificuldades enfrentadas pela população. Cobrou ainda melhorias estruturais que, segundo ele, permanecem sem solução há anos.



O vereador lamentou que a audiência pública tenha ocorrido apenas anos após a assinatura do contrato aditivo e defendeu que a população deveria ter maior conhecimento sobre as condições firmadas. Criticou o sistema de cobrança da concessionária, especialmente a estimativa antecipada de consumo de água, questionando a legalidade do procedimento.

Também mencionou dificuldades enfrentadas pelos vereadores durante ações de fiscalização nas estações de tratamento e levantou questionamentos sobre a estrutura elétrica utilizada em equipamentos do sistema de abastecimento.

Na sequência, abordou a implantação do sistema de esgotamento sanitário nos bairros Jardim da Fonte e Lambari, questionando a ausência das ligações efetivas entre a rede coletora e a estação de tratamento. Criticou a cobrança de tarifas sem que, segundo ele, o tratamento esteja efetivamente sendo realizado.

O parlamentar reconheceu a importância do tratamento de esgoto para o município e para a preservação ambiental, mas defendeu que a cobrança à população somente deveria ocorrer com a efetiva prestação do serviço. Por fim, afirmou entender que o Município precisa tomar medidas mais firmes em relação à empresa responsável pelos serviços de água e esgoto em Encantado.

O vereador **Daniel Passaia** iniciou sua manifestação agradecendo ao promotor Heráclito pelo acolhimento do pedido encaminhado pela Câmara Municipal, referente à suspensão e isenção das cobranças consideradas indevidas de água e esgoto. Destacou que, caso a concessionária não saiba exatamente o que está cobrando, não deve haver posterior cobrança acumulada aos consumidores.

Afirmou que a audiência pública não poderia resultar apenas em debates sem consequências práticas, comprometendo-se a elaborar um relatório técnico contendo todas as respostas e compromissos assumidos pela Corsan/Aegea durante a audiência. Informou que o documento será encaminhado à AGERGS, ao Ministério Público e ao Poder Executivo, servindo como instrumento de fiscalização e eventual responsabilização caso as medidas prometidas não sejam cumpridas.

O vereador ressaltou que a pressão popular e a mobilização conjunta entre comunidade, Legislativo, Executivo, Ministério Público e órgãos reguladores são fundamentais para a resolução dos problemas enfrentados no município. Defendeu que o foco principal deve ser a prestação adequada do serviço, independentemente de discussões sobre privatização, municipalização ou modelo de gestão.

Na sequência, apresentou uma série de questionamentos técnicos para constarem formalmente em seu relatório, dentre eles: a cobrança por média em períodos acumulados de dois, três ou mais meses; contas com valores elevados após regularização de leituras; possível ausência de compensação dos valores já pagos por média; solicitação de informações sobre a arrecadação mensal da Corsan no município; cobranças relacionadas a corte e supressão de ligação de água; casos de alteração indevida da categoria residencial para comercial; necessidade de devolução de valores



cobrados incorretamente; situações de hidrômetros registrando consumo mesmo sem fornecimento de água.

Também solicitou formalmente ao Ministério Público a realização de vistoria técnica presencial no município, com equipe especializada, para verificar as condições do abastecimento de água e do sistema de esgotamento sanitário, defendendo a necessidade de uma avaliação imparcial diante das divergências entre informações prestadas pela concessionária, Município e órgãos reguladores.

O vereador destacou ainda que os relatos apresentados não se tratam de casos isolados, mas de problemas generalizados enfrentados pela população, afirmando que a documentação reunida poderá subsidiar futuras ações civis públicas, aplicação de multas pela AGERGS e até eventual discussão sobre rescisão contratual, caso os problemas persistam.

Ao encerrar, ressaltou que Encantado é um dos municípios do Estado mais mobilizados na cobrança de soluções junto à concessionária, parabenizando a participação expressiva da comunidade na audiência pública e afirmando que a união entre população e instituições é essencial para a efetiva resolução dos problemas apresentados.

Manifestação do Vereador Cris Costa: O vereador informou que entregaria ao promotor Dr. Heráclito abaixo-assinado subscrito por moradores dos bairros Jardim do Trabalhador, Lambari e Nova Morada, contendo solicitação de providências urgentes relacionadas aos problemas enfrentados pela população.

Relatou que diversas notificações já haviam sido encaminhadas pelo Poder Executivo à concessionária, mencionando inclusive recomendação de aplicação de multa no valor aproximado de R\$ 1 milhão, questionando à AGERGS se a penalidade efetivamente foi aplicada e defendendo que eventual valor arrecadado retorne em benefício da população.

Pronunciamento do Presidente Claudinho: O presidente da Câmara, vereador Claudio José da Silva Neto, inicialmente parabenizou a expressiva participação popular na audiência pública, destacando que a presença da comunidade demonstra união e preocupação coletiva diante da gravidade dos problemas enfrentados.

Também registrou agradecimentos ao Instituto Monsenhor Scalabrini, professores e estudantes presentes no evento.

Na condição de vereador e fiscalizador, afirmou que os problemas existentes são evidentes e que o foco deve estar na busca por soluções concretas. Citou como possíveis encaminhamentos tanto a devolução da concessão pela empresa, caso não consiga prestar adequadamente os serviços, quanto a adoção das medidas administrativas e judiciais cabíveis.



Destacou a importância da atuação da AGERGS enquanto agência reguladora responsável pela fiscalização do contrato, ressaltando que é por meio dos canais legais e administrativos que devem ser buscadas as providências necessárias.

Defendeu que, esgotadas as medidas administrativas, o Ministério Público poderá buscar providências judiciais devidamente embasadas. Também mencionou que a suspensão da cobrança relativa à chamada “soleira negativa” representa apenas parcela reduzida da população afetada.

Ao final, criticou a cobrança por serviços não efetivamente prestados, afirmando que a empresa não possui legitimidade para cobrar consumidores que permanecem sem abastecimento regular de água.

Uma **munícipe** relatou problemas envolvendo substituição de hidrômetro em sua residência, informando que, após a troca do equipamento, recebeu conta com valor muito inferior ao consumo habitual. Após procurar a Corsan/Aegea e solicitar revisão, o hidrômetro foi novamente substituído.

Questionou o motivo pelo qual a empresa não procede da mesma forma quando os valores cobrados são excessivos, relatando ainda o desgaste causado pelas sucessivas tentativas de atendimento presencial e o tempo perdido em filas e deslocamentos.

Manifestação do Promotor Dr. Heráclito: O promotor Dr. Heráclito esclareceu que as reclamações relacionadas às faturas e cobranças precisam ser analisadas individualmente, considerando as particularidades de cada caso.

Recordou que, em audiência pública realizada anteriormente, havia sido previsto mutirão presencial de atendimento à população, o qual acabou não atingindo sua finalidade em razão de alterações de datas e dificuldades de comunicação.

Orientou os consumidores a protocolarem reclamações junto à AGERGS sempre que houver dúvidas quanto às cobranças, esclarecendo que, após o protocolo, a cobrança fica suspensa até análise do órgão regulador, sem encaminhamento aos órgãos de proteção ao crédito enquanto perdurar a discussão.

Também informou que a recomendação expedida pelo Ministério Público e acatada pelo Município suspendeu a obrigatoriedade de ligação ao sistema de esgotamento sanitário e as cobranças correlatas enquanto persistirem as irregularidades apontadas.

Manifestação do **Munícipe Dalmar Moura:** O munícipe criticou a ausência de cronograma claro das obras executadas pela concessionária e afirmou que a população está cansada da precariedade do serviço e das cobranças consideradas abusivas.

Relatou problemas frequentes de falta de água e questionou a emissão de contas com valores elevados e cobranças antecipadas sem leitura adequada dos hidrômetros.



Destacou que a população não questiona o pagamento pelo consumo efetivo, mas exige qualidade no serviço prestado, regularidade no abastecimento e cobranças compatíveis com o consumo real.

Resposta do Representante da Corsan/Aegea Sr. André Finamor: O representante da concessionária esclareceu que o município possui aproximadamente 6.700 ligações de água e cerca de 11 mil economias cadastradas, explicando que uma única ligação pode atender diversas economias, como ocorre em edifícios.

Informou ainda que atualmente existem apenas 38 economias efetivamente conectadas ao sistema de esgotamento sanitário em operação.

Explicou que a estação de tratamento opera em regime compatível com o pequeno volume atualmente recebido e afirmou que empresas terceirizadas já foram contratadas para novas obras, porém os serviços permanecem suspensos em razão das recomendações expedidas pelo Ministério Público.

Quanto às cobranças, esclareceu que a leitura dos hidrômetros gera automaticamente o lançamento da conta referente ao período de consumo anterior. Também informou que as reclamações sobre valores devem ser analisadas individualmente, colocando a empresa à disposição para receber e revisar os casos apresentados pela comunidade.

Manifestação do **Munícipe Luciano Moresco:** O munícipe relatou problemas envolvendo a qualidade da água fornecida em sua residência, apresentando imagens de água com coloração escura e presença de resíduos.

Afirmou que moradores de diversos bairros têm enfrentado dificuldades frequentes relacionadas à falta de água, necessidade de limpeza constante das caixas d'água e impossibilidade de utilização da água para consumo humano.

Reconheceu o constrangimento dos representantes da concessionária presentes na audiência, porém destacou que a população está exausta diante dos problemas enfrentados diariamente.

Também criticou a atuação da AGERGS, sugerindo maior aproximação do órgão com os municípios do interior.

Por fim, mencionou resolução da AGERGS que prevê compensação financeira aos consumidores em casos de interrupção prolongada no abastecimento de água, especialmente quando o fornecimento permanece interrompido por período superior a 12 horas, questionando quantos consumidores efetivamente receberam tais compensações e defendendo a discussão sobre eventual descumprimento contratual pela concessionária.

O **Assessor Jurídico do Município, Dr. Juliano Heisler**, informou que acompanha diretamente a fiscalização do contrato há cerca de sessenta dias, relatando dificuldades na obtenção de informações por parte da concessionária, inclusive diante de pedidos formais realizados pelo Município e pela Câmara de Vereadores. Informou ainda que o



procedimento inicialmente instaurado como fiscalização contratual poderia evoluir para discussão acerca de eventual rescisão contratual, diante dos reiterados descumprimentos e da falta de transparência da empresa.

Munícipe Daniane Gustavson dos Santos – Bairro Planalto: Relatou a situação enfrentada por moradores de seis sobrados do Bairro Planalto, onde equipes da Corsan realizaram aberturas de valas e buracos sem comunicação prévia ou explicações adequadas à comunidade. Informou que os moradores foram orientados sobre futuras conexões de esgoto, embora, segundo afirmou, ainda não exista estação de tratamento disponível para atendimento da região. Destacou que as obras permaneceram por vários dias com valetas abertas, paralelepípedos sobre as calçadas e dificuldades de acesso às residências, gerando transtornos aos moradores e pedestres.

Mencionou ainda a existência de água parada nos locais das intervenções, apontando preocupação com proliferação de mosquitos e riscos à saúde pública. Criticou a falta de planejamento, sinalização e diálogo prévio da concessionária com a população, ressaltando que somente após insistentes reclamações alguns reparos passaram a ser executados. Também relatou que, em razão das chuvas, materiais das obras teriam sido levados pela enxurrada, ocasionando entupimento de bueiros em pontos mais baixos da cidade. Ao final, manifestou indignação com a ausência de informações antecipadas à comunidade sobre as intervenções realizadas no município.

Na sequência, houve manifestação complementar do **vereador Cris Costa** ressaltando que, em determinadas situações, a Prefeitura Municipal prestou auxílio aos moradores, realizando fechamento de buracos e providências emergenciais que, segundo relatado, seriam de responsabilidade da Corsan, registrando agradecimento ao Secretário Caetano e às equipes municipais pelo atendimento prestado.

Munícipe Andreia Marchetti: Manifestou insatisfação quanto à forma como foram realizadas as intervenções da Corsan em sua rua, relatando ausência de diálogo prévio entre concessionária, Prefeitura e moradores acerca das obras executadas. Questionou o motivo pelo qual não houve comunicação antecipada à comunidade sobre as intervenções realizadas na via pública.

Relatou ainda que precisou realizar a substituição de sua calçada em razão dos danos decorrentes das obras, destacando que reside com dois idosos e questionando quem seria responsável pelo ressarcimento dos prejuízos suportados pelos moradores. Informou também ter recebido multa relacionada à não realização da ligação da rede de esgoto, mencionando dúvidas acerca dos critérios utilizados para aplicação das penalidades, uma vez que, segundo afirmou, parte dos moradores do mesmo conjunto habitacional foi multada e outra parte não.

Na oportunidade, dirigiu questionamento ao Prefeito Municipal acerca da manutenção do contrato firmado com a concessionária diante das situações enfrentadas pela população.



Em resposta o **Dr. Heráclito** reiterou que as multas e cobranças relacionadas à obrigatoriedade de ligação ao sistema de esgoto permaneciam suspensas por força de recomendação ministerial, sendo informado também pelo **assessor jurídico do Município** que eventual proposta relativa à regularização das cobranças dependeria de construção conjunta entre Município e concessionária.

O **cidadão Francisco Toriani (Chico)** manifestou-se inicialmente questionando quais serviços efetivamente estariam funcionando após os diversos problemas relatados envolvendo a Corsan/Aegea. Destacou que eventual transferência da estrutura física da empresa para outro local que não o prédio da Prefeitura não afastaria a responsabilidade do Poder Executivo e do Legislativo Municipal perante a população de Encantado. Relatou ainda supostas irregularidades em cobranças, mencionando caso em que o valor apresentado no código de barras divergia do valor constante no recibo, gerando preocupação quanto à possibilidade de cobranças indevidas. Também questionou a cobrança referente ao saneamento básico, afirmando que a população não teria sido previamente esclarecida acerca dos custos permanentes relacionados ao esgoto, bem como sobre os critérios de cobrança da tarifa. Por fim, perguntou acerca da existência de multa ou indenização em caso de eventual rompimento contratual.

Na sequência, o **Assessor Jurídico do Município, Dr. Juliano**, esclareceu que a aplicação de multa administrativa é realizada pela agência reguladora competente, mencionando pedido de multa no valor de R\$ 1 milhão em contexto relacionado ao preparo para o verão. Explicou ainda que eventual rompimento contratual envolveria discussão sobre indenização de ativos e amortização patrimonial, questão considerada mais complexa do que mera aplicação de multa.

Posteriormente, manifestou-se o **Dr. Fernando Nardon, representante da Corsan/Aegea**, afirmando compreender as reclamações apresentadas pela população e ressaltando que a empresa mantém diálogo permanente com o Município, Ministério Público e Câmara de Vereadores. Informou que há plano de investimentos em andamento para melhorias no abastecimento de água em Encantado, assegurando que as ações seguem sendo executadas. Reconheceu transtornos causados pelas obras e intervenções nas vias públicas, afirmando que a concessionária busca melhorar os prazos de repavimentação e fechamento de valas.

Ainda em sua manifestação, explicou que a cobrança referente à disponibilidade da rede de esgoto não se trata de multa, mas de tarifa prevista em resolução da agência reguladora, destinada a incentivar a conexão dos imóveis à rede pública de esgotamento sanitário. Informou que a tarifa de esgoto corresponde a 70% do valor da tarifa de água e que os usuários notificados possuem prazo para realizar a conexão, podendo solicitar prorrogação em situações justificadas.

Em seguida, o **Vereador Cardoso** utilizou a palavra para esclarecer manifestação anteriormente citada, afirmando que somente após fiscalização e cobrança de sua parte determinadas estruturas passaram a funcionar adequadamente. Ressaltou que as reclamações da população possuem fundamento e citou direitos previstos no aditivo



contratual, entre eles o direito à prestação adequada do serviço, ao ressarcimento por danos e ao acesso às informações necessárias. Defendeu maior rigor na fiscalização e cobrança da concessionária, especialmente quanto às cobranças consideradas indevidas e aos transtornos enfrentados pelos consumidores.

Na continuidade, manifestou-se a **cidadã Graziela Mattje**, afirmando estar triste pela necessidade de realização de nova audiência pública sobre o tema, lembrando que em audiência anterior (setembro) haviam sido estabelecidas metas que, segundo ela, não foram cumpridas. Defendeu providências mais efetivas por parte do Ministério Público e do Poder Público Municipal, inclusive mencionando a possibilidade de ação civil pública. Relatou que o Bairro Jardim da Fonte teria permanecido aproximadamente setenta e cinco dias sem abastecimento de água ao longo de um ano, sem qualquer restituição aos moradores. Citou ainda episódio recente em que a comunidade permaneceu mais de quarenta e oito horas sem água em razão de falta de energia elétrica, afirmando que, mesmo após solicitação direta à Corsan/Aegea, não houve envio de caminhão-pipa ou gerador. Criticou a ausência de senso de urgência da concessionária e questionou a inexistência de gerador próprio em Encantado.

Por fim, o cidadão **Alceu Signore** dirigiu-se especialmente ao representante do Ministério Público, criticando o modelo de gestão privada do serviço de saneamento e demonstrando preocupação com os custos suportados pela população, especialmente em relação às tarifas de água e esgoto. Relatou sua experiência como ex-funcionário e gestor da Corsan, afirmando que anteriormente havia maior responsabilidade quanto à garantia do abastecimento de água. Criticou a substituição de profissionais experientes após a privatização e defendeu que, da mesma forma que há cobrança pela disponibilidade da rede de esgoto, também deveria existir disponibilidade imediata de geradores e soluções emergenciais para evitar desabastecimento. Ao final, pediu auxílio do Ministério Público, Prefeitura e vereadores em defesa da população.

Posteriormente, **representante da AGERGS** esclareceu que a multa de R\$ 1 milhão ainda não foi aplicada, encontrando-se o processo em análise técnica e jurídica. Informou que a agência vem atuando em diversos municípios em situações relacionadas à Corsan/Aegea e orientou a população a encaminhar denúncias pelos canais oficiais da agência.

O **representante do Ministério Público** informou que o acompanhamento das metas estabelecidas anteriormente segue em andamento, destacando que algumas medidas foram cumpridas parcial ou integralmente e outras descumpridas posteriormente. Declarou que a situação deixou de estar apenas na esfera de diálogo, havendo adoção de providências jurídicas. Explicou ainda a obrigatoriedade legal da conexão dos imóveis à rede de esgoto, enfatizando a importância ambiental e sanitária do tratamento adequado dos resíduos domésticos, bem como a necessidade de conscientização da população quanto à futura universalização do saneamento básico.

O **cidadão Valcenor dos Santos** relatou ter participado de representação junto ao Ministério Público sobre cobranças de água, criticando a atuação da empresa e



questionando se os recorrentes problemas de desabastecimento decorrem de falhas de gestão ou planejamento. Em resposta, **André Finamor** afirmou que a empresa executa plano de ação e investimentos no Município, sustentando não haver falha de gestão e que eventuais interrupções podem decorrer também de fatores externos.

O cidadão **Acemar Machado** manifestou preocupação quanto aos futuros custos da água e especialmente da tarifa de esgoto, entendendo excessiva a cobrança correspondente a 70% da tarifa de água, defendendo a adoção de valor fixo para o serviço.

Por fim, a **cidadã Débora Lucca** relatou suposto tratamento inadequado recebido por moradores em atendimento presencial da Corsan, criticando declarações atribuídas a gerente da empresa. Manifestou-se favoravelmente ao saneamento básico, porém destacou dificuldades estruturais enfrentadas por diversas residências para adequação à rede coletora. Também apresentou imagens e relatos sobre a má qualidade da água recebida no bairro Jardim da Fonte, demonstrando acúmulo de sujeira em caixa d'água limpa há poucos meses, cobrando soluções urgentes e maior respeito à população.

O **representante da Corsan/Aegea, Fernando Nardon**, manifestou-se inicialmente acerca das reclamações envolvendo atendimento ao público, afirmando ser inadmissível qualquer tratamento desrespeitoso por parte de colaboradores da empresa. Solicitou inclusive maiores informações sobre os fatos relatados para apuração e eventual adoção de providências internas.

Na sequência, informou que a melhoria do atendimento já integrava o plano de ações da concessionária, destacando que, antes mesmo da solicitação do Município para desocupação do espaço atualmente utilizado, a empresa já buscava novo local para instalação de unidade de atendimento com melhores condições estruturais, maior conforto à população e ampliação da equipe de atendentes. Comunicou que a nova unidade deverá ser instalada em prazo inferior a 60 dias, com ampla divulgação posterior à comunidade.

Também relatou que a Corsan/Aegea já disponibilizou unidade móvel de atendimento no Município e afirmou haver possibilidade de retomada desse serviço, inclusive com atendimento em bairros específicos com maior demanda. Ressaltou a importância de utilização efetiva desse atendimento pela população para viabilizar sua manutenção e continuidade.

O representante afirmou ainda que a concessionária vem sendo cobrada pelo Município e pelo Ministério Público quanto à necessidade de melhoria da comunicação com a comunidade, reconhecendo haver muitas dúvidas da população sobre prestação de serviços, tarifas e funcionamento do sistema de saneamento. Destacou a intenção de desenvolver ações de esclarecimento público, inclusive sobre tarifa social, custos do serviço, ligações de esgoto e demais temas relacionados ao saneamento básico, sugerindo realização de espaços de diálogo junto à Câmara de Vereadores e à comunidade.



Na sequência, um **cidadão de nome Fabricio** questionou especificamente as dificuldades enfrentadas por imóveis situados em nível inferior ao da rua (“soleira negativa”), relatando casos em que moradores seriam obrigados a instalar bombas de recalque e realizar obras complexas para adequação à rede coletora de esgoto. Também perguntou sobre a situação de imóveis compartilhando antigas tubulações implantadas ainda pelo Município.

Em resposta, **representante técnico** informou que a Agência Nacional de Águas e Saneamento estabeleceu normas de referência para soluções individuais de esgotamento sanitário e esclareceu que a **AGERGS** está elaborando regulamentação específica para os casos de “soleira negativa”. Explicou que, conforme o marco regulatório do saneamento, a obrigação da ligação à rede é do usuário, inclusive quanto aos custos correspondentes. Contudo, informou que, enquanto a regulamentação específica não for concluída, não haverá cobrança relacionada aos casos de soleira negativa.

Ao final, foram registradas manifestações do público quanto a questões trabalhistas envolvendo empresa terceirizada, bem como relatos de dificuldades financeiras de trabalhadores, tendo a concessionária informado que está em diálogo com o Município e órgãos competentes para construção de soluções adequadas e continuidade dos serviços.

Houve ainda questionamentos sobre **inscrição de consumidores em cadastros de inadimplência**, cobrança de serviços de desligamento de unidades consumidoras e ausência de atendimento presencial estruturado, sendo reforçada a demanda por presença de responsável local da concessionária no Município.

Outro **cidadão** questionou sobre os impactos do tratamento de esgoto para empresas que utilizam água em seus processos produtivos, especialmente na produção de alimentos, bem como sobre o destino dos efluentes.

O **Vereador Diego Pretto** manifestou preocupação quanto à cobrança da taxa de disponibilidade e de uma possível taxa de investimento futura relacionada às obras de saneamento. Ainda, comentou sobre as dificuldades estruturais enfrentadas pelos moradores para realizar as ligações à rede de esgoto, considerando adaptações em residências já consolidadas há décadas, sugerindo alternativas de tratamento já utilizadas em outros municípios. Por fim, mencionou a possibilidade de indenização ou revisão contratual, citando os valores envolvidos na aquisição da Corsan pela Agea.

Encerradas as manifestações, o **Presidente da Câmara**, destacou a expressiva participação popular e a relevância das contribuições apresentadas, ressaltando o papel fiscalizador da comunidade e o avanço do debate institucional. Reconheceu ainda a necessidade de aprimoramento contínuo na prestação dos serviços e na comunicação com os usuários.



Por fim, agradeceu a presença de todos os participantes, autoridades e internautas, destacando a importância do diálogo realizado e declarou encerrada a audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente Ata. Registra-se que o teor integral desta audiência pública encontra-se gravado em áudio e vídeo, disponíveis na página oficial da Câmara Municipal de Vereadores, por meio das plataformas YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=GTYzKZpJB0I&t=9634s> e facebook <https://www.facebook.com/CamaraEncantado/videos/977616701348883>.

E, para constar, a presente Ata segue devidamente assinada pelo Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Encantado e pelo Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças, com lista de presença anexa.

Daniel Passaia
Presidente COF

Claudio José da Silva Neto
Presidente da Câmara Mun. de Encantado



Fotografias:







